

Teoria política e trabalho imaterial em Marx

Entrevista com André Tosel*

por Henrique Amorim**

Resumo:

Em entrevista realizada em junho de 2009, André Tosel aborda questões como a relação entre o valor-trabalho e as transformações imateriais e cognitivas na produção; a relação entre economia política e política; a importância dos *Grundrisse* e sua influência na teoria social contemporânea; a validade do conceito de classe social e de Gramsci; e a necessidade de um desdobramento da obra de Marx.

Palavras-chave: Teoria política. Trabalho imaterial. Marx.

Filósofo de formação, professor de filosofia da *Université de Nice* e da *Paris-1 Sorbone*, André Tosel é uma referência intelectual na França. Sua obra é vasta e trata de temas e autores fundamentais à teoria social contemporânea. Profundo conhecedor das obras de Spinoza, Hegel e Marx, trabalha em detalhe a obra de Gramsci. É autor de muitas obras sobre o marxismo, além de discutir a filosofia política do liberalismo e da democracia de Spinoza. A racionalidade moderna e a mundialização são alguns dos temas presentes em suas últimas intervenções. Durante os anos 1990, o artigo intitulado “Centralidade e não centralidade do trabalho ou a paixão dos homens supérfluos”¹ teve forte impacto no Brasil. Problematizando a questão do tempo livre e do tempo liberado na forma de desemprego, Tosel contribui para desmistificar a ideia de que o trabalho, sua necessidade social capitalista, teria chegado ao fim.

Na entrevista abaixo, realizada em junho de 2009, por correio eletrônico, encontram-se reflexões acerca da relação entre o valor-trabalho e as transformações imateriais e cognitivas na produção. Também foram tratados nesta entrevista, temas como a relação entre economia política e política, a importância dos *Grundrisse* e sua influência na teoria social contemporânea, a importância do conceito de classe social,

* Entrevista realizada com o apoio da FAPESP. Tradução de Leandro Galastri.

** Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UNIFESP e autor do livro: *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2009. End. eletrônico: henriqueamorim@hotmail.com

¹ Publicado em francês. Ver Tosel (1995).

de Gramsci e de como seria necessário desdobrar a obra de Marx. Dentre as várias questões abordadas, destaco a passagem sobre os *Grundrisse* no momento em que Tosel observa o exagero em apontar as novas formas de apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos como ante-sala da sociedade comunista. Para o autor, “(...) sobrevalorizar essa possibilidade é então uma nova forma de economicismo que repousa sobre um novo culto das forças produtivas, com o risco de reproduzir o que foi um elemento paralisante das ortodoxias marxistas”. Este e outros assuntos constam das linhas a seguir.

1. Quais são as assimetrias entre a teoria econômico-política e a teoria política de Marx?

O modelo elaborado n’*O Capital* não leva em conta a política, na medida em que a exploração capitalista torna-se predominante no mercado da força de trabalho e desenvolve uma autonomia específica. Não se exige uma dominação direta como a exercida por mestres ou senhores sobre os escravos ou os servos. Mas Marx demonstra, simultaneamente, que o Estado é sustentado por condições políticas e jurídicas. É preciso existir, na verdade, um indivíduo liberado de seus vínculos comunitários, assim como se deve estabelecer um Estado Moderno que imponha uma lógica de formação e coerção territorial, constituindo-se assim uma série de mercados nacionais em interação e em concorrência para expandir o mercado mundial. De todo modo, é necessário renunciar absolutamente ao esquema arquitetônico da infraestrutura e das superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas; tal esquema é carregado pela obsessão do esquematismo metafísico dualista entre essência e fenômeno. Trata-se de pensar em bloco os elementos que são no mínimo quatro, todos em relação de determinação e condicionamento, a saber o modo de produção, a formação social, a formação institucional, a formação cultural e antropológica. É o que Gramsci começou a fazer com a noção de bloco histórico, a qual podemos refinar chamando-a de bloco lógico-histórico segundo a concepção do filósofo italiano Giuseppe Prestipino. É o imperativo sistêmico da submissão real de todas as atividades ou práticas ao capital que os atravessa com suas contradições e os unifica.

2. Como o pensamento de Gramsci pode ser utilizado para “completar” a teoria da política de Marx?

Gramsci abriu uma via que inclui levar em conta aquelas quatro dimensões e as tematiza no interior da problemática da hegemonia. Na modernidade, as classes dominantes burguesas e seus aliados souberam fazer a tradução e a purificação, de certa forma, do seu domínio do processo de valorização na sociedade civil, essa invenção moderna. Fizeram-se Estado, inventaram e difundiram formas de vida e de cultura universalizantes e, sobretudo, assimiladoras, que puderam assegurar

a integração das massas subalternas. Um novo sistema político e um novo direito fundado sobre a moderna religião da liberdade, a exaltação da capacidade de agir do indivíduo associado, a ascensão das ciências, a prática de unificação linguística, um novo senso de historicidade, a generalização dos hábitos disciplinados pelo trabalho e o conformismo têm a mesma importância da potência do aparelho de produção constantemente revolucionado (americanismo e fordismo). Eis porque Gramsci pode, por sua vez, desenvolver um saber da política à sombra de Maquiavel e se interessar pela questão da língua nacional e dos dialetos, cultivar a análise antropológica do senso comum e do folclore, antecipando os “subaltern studies” (Hall, Saïd). Eis porque ele pode estudar a questão da literatura nacional e popular, se interrogar sobre a função dos aparelhos de hegemonia como a imprensa, a escola, as igrejas e as associações da sociedade civil sem nunca ceder ao espírito de sistema, nem perder o senso das concretudes singulares. Tudo isso se situa numa perspectiva histórica visando definir a modernidade como período de assimilação das massas. Essa pesquisa é rigorosamente espacial e comparativa, porque ela possui como eixos pertinentes o estudo das revoluções europeias (França, Alemanha, Itália), americana, o balanço das relações norte-sul (e isso a partir da questão meridional italiana). A polarização estrategicamente decisiva é aquela que opõe e articula ocidente e oriente, guerra de posição e guerra de movimento a propósito da situação da revolução comunista, seus obstáculos e contradições, da possibilidade de sua retomada na União Soviética. Não se trata de projetar análises sobre nossa situação marcada pela dupla derrota do comunismo soviético e do socialismo dito democrático, e pela globalização de um capitalismo liberalizado. Trata-se de retomar a lição de método, visto que Gramsci, em filosofia, apresenta a questão da causalidade histórica sem determinismo mecânico e a conecta a uma elucidação teórica de finalidades que é preservada de todo utopismo e imune a todo profetismo.

3. Como o senhor pensa a apropriação dos *Grundrisse* feita, atualmente, pelos teóricos da produção e do trabalho imaterial?

É um texto fascinante que apresenta a questão das novas forças produtivas e do comunismo a partir da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos por um intelecto geral. Tem-se aí a antecipação das teses do capitalismo cognitivo. Mas Marx abrandava seu projeto comunista, que é uma possibilidade aberta pelo realismo que, hoje, inscreve o entendimento geral ou comum no capital constante e o submete à subsunção real do capital. Sobrevalorizar essa possibilidade é então uma nova forma de economicismo que repousa sobre um novo culto das forças produtivas, com o risco de reproduzir o que foi um elemento paralisante das ortodoxias marxistas. A questão é de ordem política e econômica, de levar em consideração as relações sociais que articulam a nova tecnologia social. Isso não significa negar a importância das lutas travadas pelos trabalhadores aqui considerados. Quer-se somente sublinhar a urgência

de análises sensíveis à contradição. Está em jogo o estatuto lógico do real possível. Este último não pode ser concebido como uma nova origem que contenha em si e a priori a garantia de sua atualização necessária e automática. Ele depende de uma conjuntura aleatória onde exerce um papel a capacidade das forças sociais de inovar, permanecendo no nível da relação social transindividual capitalista.

4. O conceito de classe social foi, durante as últimas décadas, alvo de severas críticas. Ele é ainda um conceito analiticamente válido para a reflexão das sociedades contemporâneas?

O conceito de classes é ao mesmo tempo necessário e insuficiente. Necessário porque a exploração do trabalho permanece como um critério pertinente, como mostra a experiência dos trabalhadores desempregados ou ameaçados pela transferência das empresas.² Como dizia com bom humor nosso saudoso amigo Georges Labica, “a classe operária não existe, mas ela nos enche a boca”. Mas no estado atual tornou-se insuficiente. O verdadeiro problema analítico é aquele da complexificação da divisão social e das diferenciações à época da globalização. Por um lado, ser explorado já se tornou um privilégio para todos os homens “desassimilados”, vítimas do apartheid sistêmico mantido pelo capitalismo líquido e liquidante, quer se trate de populações “sem”, de refugiados, de imigrantes, e de vítimas de guerras étnicas. O mérito do conceito negriano de “multitude” é de registrar essa situação inédita. Seu limite é pressupor a convergência das lutas e interesses dessas populações, fragmentadas e divididas. Por outro lado, a burguesia histórica desapareceu, e com ela dissipou-se a consciência infeliz das contradições, das violências do capitalismo, a referência a um universalismo ético-político levado a sério, o senso do trágico da história que encontramos em Adam Smith, Ricardo, Constant, Tocqueville, Kant, Hegel, e mais próximo de nós em Max Weber, Hans Kelsen. As duas classes centrais caras a um certo marxismo desapareceram. Mas a casta dirigente, por sua vez política e econômica, existe, centrada no culto ao empreendimento. Ela simplesmente perdeu o senso de toda responsabilidade face aos efeitos da política que ela mesma conduz sem produzir uma hegemonia forte no sentido da assimilação de massas humanas. Se a classe operária não pode mais ser erigida miticamente em classe sujeito em si e para si, o combate das massas subalternas torna visíveis as formas antigas e novas da exploração e da dominação.

5. As forças produtivas têm um papel determinante na estrutura social? Qual é o papel das mutações técnicas e tecnológicas em meio à mudança estrutural da sociedade capitalista, por exemplo, as novas tecnologias de informação?

² N.T.: *Délocalisations*, no original em francês. Significa a transferência de empresas para outras regiões.

Vejamos mais alto. A hegemonia parte sempre da fábrica e da tecnologia social investida, mas ela não se reduz à direção dessas mutações. Ela faz delas elementos de transformações políticas, sociais, culturais que, para serem compreendidas, devem ser analisadas em termos de relações sociais transpessoais, que se acoplam nas individualidades subjetivas, fazendo-se relações interpessoais. Leve-se em conta a questão do consumo, da capacidade de consumo como condição de individualidade, que poderia mostrar a validade dessa fórmula. Mas, dito isso, é evidente que as tecnologias de informação, que são as mais produtivas em valor agregado, colocam a questão de sua utilização não-mercantil, tanto econômica quanto política e cultural e da possibilidade da “desmercantilização”. Elas ocupam o lugar estratégico das tecnologias ligadas às energias fósseis – carbono e petróleo – e das formas de industrialização fordistas. Como compreendê-las sem idealizá-las nem subestimá-las? Elas trazem uma concepção de mundo a explorar e que não pode ser reduzida a uma ideologia. Os conceitos de rede, de noosfera, de fluxos informacionais, de universalização mediática trazem problemas abertos e são apostas de luta.

6. Em que medida há centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas?

A centralidade do trabalho permanece em uma posição em que podemos compreendê-la ao mesmo tempo como centralidade do trabalho e do não-trabalho. O desemprego é um flagelo que amputa a capacidade de cooperação dos seres humanos e de construção de uma vida razoável. Mas esta atividade é unidade de produção e de ação, de “produção” se retomarmos os velhos conceitos de praxis e de poiësis. O não-trabalho não pode se reduzir ao lazer mercantilizado e pago. Ele pode ser a esfera das práticas expressivas de si, da participação nas atividades estéticas e teóricas, filosóficas.

7. Como pensar a relação entre trabalho material e trabalho imaterial em Marx? Como pensar a produtividade do trabalho face ao trabalho cognitivo?

No momento, é impossível para mim responder a essa questão, dada a complexidade da categorização do trabalho em Marx, exigindo a clarificação de noções chave como aquelas do trabalho concreto e do trabalho abstrato, do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, do trabalho manual e do trabalho intelectual. Se sou reticente diante das utopias do trabalho cognitivo, sei também que toda uma análise se impõe. De maneira mais filosófica isso impõe uma revisão dos conceitos de materialidade, já que o imaterial é uma forma de materialidade como o é o simbólico. Como pensá-lo sem deslizar para um fetichismo do cognitivo e do cognitariado³, num momento em que é bem difícil vislumbrar a perspectiva de uma absorção do

³ N.T.: *Cognitariat*, no original em francês. Neologismo que designa os trabalhadores ocupados no chamado trabalho cognitivo, sobretudo em serviços realizados via internet, virtualmente capazes de formar movimentos de resistência ao capital através da rede mundial de computadores.

precariado⁴ no cognitariado e onde seria necessário precisar as condições de tal absorção.

8. As tecnologias da informação colocam em xeque ou confirmam a teoria do valor-trabalho de Marx?

Se é verdade que uma concepção quantitativa do valor é rica em contradições (é a dificuldade do problema da transformação valor-preço), as crises do capitalismo continuam sendo crises de valorização, implicando a destruição de valores tornados fictícios, e que são crises de liquidez inseparáveis das condições e formas da valorização. Dito isso, seria necessário ainda elaborar talvez as ideias de tecno-trabalho, de tecno-valor, de tecno-sobrevalor ou tecno-mais-valia. Mas não tenho condições de tratar desse problema.

9. Como pensar a redução do tempo necessário à produção no âmbito do capitalismo? Trata-se de tempo livre ou tempo liberado na forma do desemprego?

Na sociedade capitalista mundializada coexistem de maneira brutal o lazer como mercadoria e a transformação de massas de não-trabalhadores ativos em homens supérfluos, inúteis. O tempo liberado o é para o exercício da violência social. Ele espera ainda sua metamorfose em atividades livres que utilizem a capacidade de agir e de pensar.

10. Quais são as diferenças e as semelhanças entre a mundialização que Marx constatou no século XIX e esta de hoje?

Para essa questão eu vos remeto à minha obra *Um mundo no abismo. Ensaio sobre a mundialização capitalista*⁵. Marx esperava que o mercado mundial fosse a ocasião de lutas de libertação, que permitissem a assimilação de massas humanas a um grau mais alto de civilização em torno da classe operária seus aliados – aliança sem a qual a classe operária estaria condenada a um solo fúnebre. A mundialização sob seus universais empíricos – comunicação, financeirização, regime democrático e religião abstrata dos direitos do homem privado – está em déficit estrutural de universalismo. Se a política de emancipação desaparecesse, então a perspectiva seria aquela de um mundo-barbárie, de uma violência-mundo. Uma pequena parte da humanidade teria a sorte de viver em condições humanas; uma parte menor ainda gozaria de riquezas extraordinárias e disporia da capacidade de agir, de causar efeitos sobre a vida e a sobrevivência de milhões de homens, reduzidos à condição mesma de efeitos,

⁴ N.T.: *Précariat*, no original em francês. Neologismo que designa o conjunto de trabalhadores ocupados em trabalhos precários.

⁵ N. T.: Publicada em Francês. Ver Tosel (2008).

privados da capacidade de ser, por sua vez, causa de efeitos sobre os primeiros. Essa minoria seria uma das piores castas jamais produzidas pela história; seria dispensada de toda a responsabilidade sobre a situação e erigiria em direitos e deveres o próprio fato de não ter responsabilidade. Se estimarmos em um terço da população mundial essa população que monopolizaria a seu proveito exclusivo o direito de viver, de bem viver – estimativa bem generosa – estaríamos na barbárie de uma sociedade de três terços sem outra relação que não a dominação irreversível do primeiro terço sobre os demais. O terceiro e último terço seria a humanidade supérflua, produto de um capitalismo liberal-totalitário; o segundo terço seria constituído pela população encarregada de vigiar e controlar o último terço, usando toda uma gama de regulações disciplinares, de asilos e de hospitais-prisão, em meio a uma indústria mundial da produção e tratamento do refugio humano. As guerras seriam formas de disciplina tornadas tão mais duras quanto a mundialização da catástrofe ecológica tornasse impiedosa a luta pela apropriação das condições de vida na Terra – energias, ar, água, territórios habitáveis. A mundialização capitalista acabaria por destruir mesmo a possibilidade de um mundo comum. Ela seria a globalização de uma sociedade de três terços que privaria de mundo os outros dois terços. A globalização é acósmica, como a havia concebido à sua maneira Hannah Arendt. A única saída humanamente e filosoficamente concebível é aquela da luta por um mundo comum, do ser comum, sustentado por um senso comum. É aquela do comunismo, mas de um comunismo a ser redefinido levando-se em consideração os desmentidos da história, que Gramsci chamaria de “uma sociedade regulada”.

Bibliografia

- TOSEL, A. (2008). *Un monde en abîme*. Essai sur la mondialisation capitaliste. Paris: Kimé.
- _____. (1995). Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. In: BIDEY, J. e TEXIER, J. (orgs). *Actuel Marx: Confrontation. La crise du travail*. Paris: Press Universitaires de France.